ISSN 2358-3223

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 13 n. 74
setembro/outubro 2026

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor
Fábio Paixão

Coordenadores
Fernanda Tartuce
Flávio Tartuce

Conselho Científico
Giselda Novaes Hironaka
Pablo Stolze Gagliano
Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial
Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luis Felipe Salomão – Maria Helena Braceiro Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume
Ana Cristina Freire de Lima – Andréia Roberta Schäfer
Carlos Eduardo Montes Netto – Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gabriela Calça
Giovanni Comodaro Ferreira – Humberto João Carneiro Filho
Isadora Ribeiro Correa – João Andreassa – Karin Regina Rick Rosa
Leila Guilherme Ribeiro do Valle – Liane Marli Schäfer
Luciana Martins Loureiro – Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo
Patricia Novais Calmon – Valesca Raizer Borges Moschen

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões
n. 1 (jul./ago. 2014)-.– Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce.

n. 74 (set./out. 2026)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORA MAGISTER
Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister
Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

A *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, referência em nosso País, chega ao número 74, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Abrimos a edição com o artigo escrito por Patricia Novais Calmon e Valesca Raizer Borges Moschen, que trata dos *Pactos de não judicialização celebrados no exterior: as três vias de internalização do* pactum de non petendo *oriundo da mediação familiar internacional e suas consequências processuais no direito brasileiro*. Sustentam as autoras que a eficácia desses pactos no Brasil não é uniforme nem incondicionada, mas condicionada e escalonada, variando conforme a forma jurídica assumida pelo instrumento no país de origem, a natureza dos direitos envolvidos e a via de recepção admitida pelo ordenamento brasileiro.

Na sequência, a edição contempla a pesquisa intitulada *Créditos funcionais de agentes públicos falecidos: titularidade, sucessão e limites da Lei nº 6.858/1980*, de autoria de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas. A autora aborda a controvérsia a respeito da destinação dos créditos funcionais não recebidos em vida por magistrados e servidores públicos quando o seu reconhecimento ou pagamento ocorre após o falecimento.

Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo apresenta o estudo intitulado *A audiência de mediação e conciliação do art. 695 do CPC/2015 nas ações de família: obrigatoriedade procedimental vs. voluntariedade da mediação: uma década de vigência em balanço crítico*, no qual examina, após uma década de vigência do CPC/2015, a compatibilidade entre a audiência obrigatória de mediação e conciliação do art. 695 e o princípio da voluntariedade da mediação (Lei nº 13.140/2015), bem como a efetividade do modelo.

Seguimos com o artigo *Contrato de direito de família? A inserção de cláusulas existenciais no pacto antenupcial*, escrito por Leila Guilherme Ribeiro do Valle e Humberto João Carneiro Filho. Nele, os autores investigam os limites da contratualização das relações familiares no direito brasileiro, partindo da constatação de que a crescente celebração de negócios jurídicos, como o contrato de namoro e os pactos antenupciais com cláusulas existenciais, decorre da consolidação dos princípios da liberdade e da igualdade nas relações familiares pós-1988, aliada à insegurança jurídica que permeia a união estável.

Carlos Eduardo Montes Netto, Giovanni Comodaro Ferreira e Gabriela Calça marcam presença com a pesquisa *Herdeiro sem herança? O* status *jurídico do embrião criopreservado e a (in)eficácia sucessória do nascido por reprodução assistida* post mortem *paterna tardia*, na qual analisam a inclusão de capítulo específico

sobre filiação decorrente de reprodução assistida pela Reforma do Código Civil proposta pelo Projeto de Lei nº 4/2025, especialmente no que diz respeito à natureza do embrião criopreservado e à sucessão do filho nascido por reprodução assistida *post mortem* paterna "tardia".

Em seguida, temos o texto intitulado *A atuação da advocacia com perspectiva interseccional de gênero na mitigação da vulnerabilidade da mulher nos processos de divórcio: uso do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero na construção de uma defesa qualificada*, cujos autores, Isadora Ribeiro Correa e João Andreassa têm como objetivo analisar o poder da advocacia como agente de transformação social por meio de uma atuação jurídica que, muito além de promover o deslinde do processo judicial ou extrajudicial até a averbação do divórcio, possa empoderar a mulher e lhe conscientizar de seu papel de importância no contexto conjugal, visando à perseguição de seus direitos após o fim da união.

Dando continuidade, Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso traz o estudo *Autonomia reprodutiva e a elasticidade do conceito da legitimidade sucessória: a validade da legitimação hereditária de embriões gerados após a morte*, que busca compreender se os embriões decorrentes de técnicas de reprodução assistida homóloga, ainda que com uso do material genético criopreservado do falecido, e mediante expressa e prévia autorização de seu uso a destinatária certa, dá azo ao reconhecimento da legitimidade sucessória do embrião.

Na sequência, temos o artigo *A omissão do regime de bens do casamento celebrado no exterior*, escrito por Andréia Roberta Schäfer, Karin Regina Rick Rosa e Liane Marli Schäfer, que analisa os efeitos da mobilidade internacional contemporânea, com enfoque específico na problemática da omissão do regime de bens em casamentos celebrados no exterior.

Chegamos ao fim desta edição com o texto de Ana Cristina Freire de Lima e Luciana Martins Loureiro. As autoras analisam os limites informacionais da nova sistemática trazida pela Lei nº 15.479/2026, que introduziu a transferência automática da prestação alimentícia e ampliou o uso da tecnologia na execução de alimentos, questionado em que medida a automação pode aumentar a efetividade da tutela alimentar quando a principal dificuldade reside na identificação da renda e do patrimônio do alimentante. A pesquisa está assim intitulada *Pix pensão e assimetria informacional patrimonial na execução de alimentos: os limites da Lei nº 15.479/2026 diante do inadimplemento estratégico*.

Uma ótima leitura a todos! É o que sempre desejo!

Flávio Tartuce
Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. Pactos de Não Judicialização Celebrados no Exterior: as Três Vias de Internalização do *Pactum de Non Petendo* Oriundo da Mediação Familiar Internacional e suas Consequências Processuais no Direito Brasileiro
Patricia Novais Calmon e *Valesca Raizer Borges Moschen* 7

2. Créditos Funcionais de Agentes Públicos Falecidos: Titularidade, Sucessão e Limites da Lei nº 6.858/1980
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas 34

3. A Audiência de Mediação e Conciliação do Art. 695 do CPC/2015 nas Ações de Família: Obrigatoriedade Procedimental *vs*. Voluntariedade da Mediação – Uma Década de Vigência em Balanço Crítico
Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo 52

4. Contrato de Direito de Família? A Inserção de Cláusulas Existenciais no Pacto Antenupcial
Leila Guilherme Ribeiro do Valle e *Humberto João Carneiro Filho* 77

5. Herdeiro sem Herança? O *Status* Jurídico do Embrião Criopreservado e a (In)Eficácia Sucessória do Nascido por Reprodução Assistida *Post Mortem* Paterna Tardia
Carlos Eduardo Montes Netto, *Giovanni Comodaro Ferreira* e *Gabriela Calça* 96

6. A Atuação da Advocacia com Perspectiva Interseccional de Gênero na Mitigação da Vulnerabilidade da Mulher nos Processos de Divórcio: Uso do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero na Construção de uma Defesa Qualificada
Isadora Ribeiro Correa e *João Andreassa* 120

7. Autonomia Reprodutiva e a Elasticidade do Conceito da Legitimidade Sucessória: a Validade da Legitimação Hereditária de Embriões Gerados Após a Morte
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso 137

8. A Omissão do Regime de Bens do Casamento Celebrado no Exterior
Andréia Roberta Schäfer, *Karin Regina Rick Rosa* e *Liane Marli Schäfer* 156

9. Pix Pensão e Assimetria Informacional Patrimonial na Execução de Alimentos: os Limites da Lei nº 15.479/2026 Diante do Inadimplemento Estratégico
Ana Cristina Freire de Lima e *Luciana Martins Loureiro* 168

Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 189